



INSTITUTO BRASILEIRO DE DIREITO TRIBUTÁRIO

DIREITO TRIBUTÁRIO INTERNACIONAL E COMPARADO
Tributação em Bases Universais: transparência interancional e
neutralidade (outbound)
2023.1

Programa de Pós-graduação *Stricto Sensu* Profissional

Prof. Dr. Luís Eduardo Schoueri
Prof. Dr. Luís Flávio Neto

EMENTA

A disciplina tem o objetivo de desenvolver o estudo a respeito da tributação de lucros auferidos no exterior, com foco em normas para Controlled Foreign Corporations (“CFC”). Além dos aspectos de política fiscal que influenciam os Estados a incluírem tais regras na em seus sistemas tributários, serão examinados seus efeitos jurídicos e econômicos, inclusive diante de acordos de bitributação. Os temas serão estudados com base em fundamentos teóricos, com estratégias de ensino orientadas para o desenvolvimento de habilidades profissionais do aluno.

METODOLOGIA

Para cada aula, existe um tema a ser estudado, compreendido a partir da sua respectiva ementa, da bibliografia obrigatória, bem como da bibliografia complementar. A preparação para cada aula incluirá, no mínimo, a leitura da bibliografia obrigatória e dos respectivos artigos de lei indicados na ementa, quando for o caso. Eventuais casos citados na ementa não constituem leitura obrigatória, a menos que expressamente indicados como bibliografia obrigatória. As aulas serão

desenvolvidas em duas etapas: inicialmente com a participação de um professor estrangeiro convidado e na sequência o desenvolvimento de dinâmicas, nas quais os(as) alunos(as) deverão participar ativamente. Os textos da bibliografia serão debatidos no âmbito dessas dinâmicas, sob a coordenação e orientação dos Professores.

AVALIAÇÃO

- 30% da nota final será composta pela avaliação da participação em aula e leitura prévia. A participação em aula considerará a proatividade do(a) aluno(a) nas dinâmicas e debates, bem como a habilidade de relacionar o tema da aula à bibliografia e à experiência prática do(a) aluno(a). Será atribuída nota zero nos casos de: (i) ausência do(a) aluno(a) à aula; (ii) falta de participação; ou (iii) a participação sem preparo prévio (baseada apenas em palpites, não em reflexão sobre a bibliografia indicada ou outras fontes de pesquisa).
- 70% da nota final será atribuída mediante a entrega de um artigo relacionado a algum dos temas tratados na disciplina. O texto deverá seguir as especificações de artigos submetidos à Revista Direito Tributário Atual Internacional, do IBDT. O trabalho deverá ser enviado até às 23h59 do dia 31/07/2023 para professorluisflavioneto@gmail.com e secretaria@ibdt.org.br. O e-mail deve conter o seguinte assunto: "Artigo mestrado IBDT".

PROGRAMA

AULA 1	TEMA DA AULA: Introdução à transparência fiscal internacional e a Lei n. 12.973/2014	10.03.2023
Temas abordados	<p>Introdução da disciplina, orientação sobre o material, organização de atividades</p> <p>Conteúdo teórico contido na atividade desenvolvida em sala de aula</p> <p>Histórico da legislação brasileira</p> <ul style="list-style-type: none">▪ Decreto-lei no 2.397/1987 (art. 7º)▪ Decreto-lei no 2.413/1988 (art. 8º)▪ Decreto-lei no 2.429/1988 (art. 15)▪ Lei no 9.249/1995 (art. 25)▪ IN SRF no 38/1996 (art. 2º)▪ Lei no 9.532/1997 (art. 1º)▪ Lei Complementar no 104/2001 (art. 1º)▪ Código Tributário Nacional (art. 43, §§1º e 2º) MP no 2.158-35/2001 (art. 74)▪ IN SRF no 213/2002 (art. 7º)	

Metodologia
Professores
Responsáveis

STF: ADI 2.588/DF; RE 611.586/PR; e RE 541.090/SC

Lei nº 12.973/2014 e o objeto tributável

- Regime de competência
- Controladas (legalmente segregadas) (arts. 76 e 77; e arts. 2º, 3º, 8º e 9º da IN RFB nº 1.520/2014)
- Coligadas legalmente segregadas (art. 82; e art. 19 IN RFB nº 1.520/2014)
- Regime de caixa
- Coligadas submetidas à tributação normal (art. 81; e arts. 17 e 18 da IN RFB nº 1.520/2014)
- Questões constitucionais/legais
- Delimitação constitucional, Disponibilidade e Poder de Controle
- Delimitação constitucional, Disponibilidade e Paraísos Fiscais
- Delimitação constitucional, Disponibilidade e Método de Equivalência Patrimonial

-

Luís Eduardo Schoueri, Luís Flávio Neto e Roberto Codorniz Leite Pereira

Leitura obrigatória:

Bibliografia

- SCHOUERI, Luís Eduardo; GALDINO, Guilherme. Controlled Foreign Company Legislation in Brazil. In: Georg Kofler et al. Controlled Foreign Company Legislation. Amsterdã. IBFD, 2020, pp. 107-130.
- SCHOUERI, Luís Eduardo; PEREIRA, Roberto Codorniz Leite. Capítulo 18 – Tributação Internacional e o Direito Interno. In: Tributação Internacional e o Direito Interno. Porto Alegre: Lex Magister, 2018, pp. 510-519.
- AVILA, Humberto. Disponibilidade Jurídica e Poder Decisório. In: ZILVETI, Fernando Aurélio; FAJERSZTAJN, Bruno; DE OLIVEIRA, Rodrigo Maito. (Org.). Direito Tributário: Princípio da Realização no Imposto de Renda - Estudos em Homenagem a Ricardo Mariz de Oliveira. São Paulo: IBDT, 2019, pp. 84-92. (9p)
- BIANCO, João Francisco. Transparência Fiscal Internacional. São Paulo: Dialética, 2007, pp. 53-90. (38p)
- SANTOS, Ramon Tomazela. O Regime de Tributação dos Lucros Auferidos no Exterior. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2017, pp. 21-35. (15p)
- STF, ADI no 2.588-1/DF, Tribunal Pleno, rel. Min. Ellen Gracie, redator do acórdão Min. Joaquim Barbosa, julgado em 10 de abril de 2013, pp. 1-16 (relatório e voto da Min. Ellen Gracie), 188-217

(voto do Min. Cezar Peluso), 222-239 (voto do Min. Joaquim Barbosa) e 248-263 (debates sobre o resultado do julgamento). (80p)

- XAVIER, Alberto. Direito Tributário Internacional do Brasil. 8a ed. Rio de Janeiro: Forense, 2015, pp. 444-460 (17p)

Leitura Complementar:

- SCHOUERI, Luís Eduardo. Imposto de Renda e os Lucros Auferidos no Exterior. In: Valdir de Oliveira Rocha. (Org.). Grandes Questões Atuais do Direito Tributário. São Paulo: Dialética, 2003, v. 7, pp. 303-330.
- SCHOUERI, Luís Eduardo. Tributação Internacional das Empresas Nacionais e Desenvolvimento: Novos Rumos?. In: Eurico Marcos Diniz de Santi. (Org.). Tributação e Desenvolvimento - Homenagem ao Professor Aires Barreto. São Paulo: Quartier Latin, 2011, pp. 467-486.
- PEREIRA, Roberto Codorniz Leite Pereira. O Novo Regime de Tributação em Bases Universais das Pessoas Jurídicas Previsto na Lei nº 12.973/2014: As Velhas Questões Foram Resolvidas? In: Revista Direito Tributário Atual, nº 33, p. 413-442.
- STF, ADI no 2.588-1/DF, Tribunal Pleno, rel. Min. Ellen Gracie, redator do acórdão Min. Joaquim Barbosa, julgado em 10 de abril de 2013. (completo).
- STF, RE no 611.586/PR, Tribunal Pleno, rel. Min. Joaquim Barbosa, julgado em 10 de abril de 2013.
- STF, RE no 541.090/PR, Tribunal Pleno, rel. Min. Joaquim Barbosa, redator do acórdão Min. Teori Zavascki, julgado em 10 de abril de 2013.

AULA 2	TEMA DA AULA: DO CONSENSO DA TRIBUTAÇÃO COM BASES UNIVERSAIS À REALIDADE DA TRIBUTAÇÃO COM BASE TERRITORIAL: MUDANÇA DE PARADIGMA OU SOLUÇÃO PRAGMÁTICA? DESAFIOS PARA SUA IMPLEMENTAÇÃO.	24.03.2023
---------------	--	-------------------

Temas abordados	Conteúdo teórico contido na atividade desenvolvida em sala de aula Elementos de Conexão: Territorialidade, Universalidade, Fonte e Residência - Política fiscal e neutralidade de investimentos - Justificação da Tributação em Bases Universais Capitais - Eficiência Econômica: a Neutralidade de Exportação de
------------------------	--

- Justiça: a Capacidade Contributiva

Regras de CFC

Origem histórica

Objetivos de Política Fiscal Evasão/Elisão Fiscal

Neutralidade?

**Metodologia
Professores
Responsáveis**

Prof. Bruno Silva

Leitura obrigatória:

- BOWES, Paul. Controlled Foreign Company Legislation in the United Kingdom. In: Georg Kofler et al. Controlled Foreign Company Legislation. Amsterdã. IBFD, 2020, pp. 797-830. (33p)
- DEVEREUX, Michael P. "Taxation of Outbound Direct Investment: Economic Principles and Tax Policy Considerations". Oxford Review of Economic Policy (2008), pp. 698-719. (22p)
- GALENDI Jr. Ricardo A. Fundamentos da Tributação de Lucros no Exterior: entre competitividade e harmonização. Direito Tributário Atual, v. 33, IBDT: São Paulo, 2015, pp. 389-412. (23p)

Bibliografia

Leitura complementar:

- SCHÖN, Wolfgang, International Tax Coordination for a Second-Best World (Part I), 1 World Tax Journal (2009), Journals IBFD.
- SCHÖN, Wolfgang, International Tax Coordination for a Second-Best World (Part II), 2 World Tax Journal (2010), Journals IBFD.
- SCHOUERI, Luís Eduardo. "Princípios no Direito Tributário Internacional: Territorialidade, Fonte e Universalidade", in Roberto Catalano Botelho Ferraz (org.), Princípios e Limites da Tributação. São Paulo: Quartier Latin, 2005, v. 1, pp. 321-374.

AULA 3

TEMA DA AULA: DO CONSENSO DA TRIBUTAÇÃO COM BASES UNIVERSAIS À REALIDADE DA TRIBUTAÇÃO COM BASE TERRITORIAL: MUDANÇA DE PARADIGMA OU SOLUÇÃO PRAGMÁTICA? DESAFIOS PARA SUA IMPLEMENTAÇÃO. PERSPECTIVA USA

14.04.2023

**Temas
abordados**

Conteúdo teórico contido na atividade desenvolvida em sala de aula

	<p>Elementos de Conexão: Territorialidade, Universalidade, Fonte e Residência</p> <ul style="list-style-type: none"> Política fiscal e neutralidade de investimentos Justificação da Tributação em Bases Universais Eficiência Econômica: a Neutralidade de Exportação de Capitais Justiça: a Capacidade Contributiva <p>Regras de CFC</p> <ul style="list-style-type: none"> Origem histórica Objetivos de Política Fiscal <ul style="list-style-type: none"> Evasão/Elisão Fiscal Neutralidade?
<p>Metodologia Professores Responsáveis</p>	<p>-</p> <p>Reuven Avi-Yonah (a confirmar)</p> <p><u>Leitura obrigatória:</u></p> <ul style="list-style-type: none"> • AVI-YONAH, Reuven. “If not now, When? Us Tax Treaties with Latin America After TCJA”. Public Law and Legal Theory Research Paper Series n. 641 (July, 2019). - AVI-YONAH, Reuven. “Territoriality and the Original Intent of Subpart F”. Tax Notes (2017), pp. 1581-1587. (7p) • AVI-YONAH, Reuven; FISHBEIN, Nir. “Once More, With Feeling: TRA 17 And Original Intent of Subpart F”, Tax Notes (2017), pp. 959-970. (12p) • BRAUNER, Yariv; DAVIS, Christine A.. Controlled Foreign Company Legislation in the United States. In: Georg Kofler et al. Controlled Foreign Company Legislation. Amsterdã. IBFD, 2020, pp. 833-858. • PREBBLE, John. The Taxation of Controlled Foreign Corporations. Institute of Policy Studies, Victoria University Press, Wellington, 1987, pp. 1-7 (8p) • VOGEL, Klaus. “Worldwide vs. source taxation of income – A review and re-evaluation of arguments (Part I). Intertax (1988), pp. 216-229. (14p) • VOGEL, Klaus. “Worldwide vs. source taxation of income – A review and re-evaluation of arguments (Part II). Intertax (1988), pp. 310-320. (11p) • VOGEL, Klaus. “Worldwide vs. source taxation of income – A review and re-evaluation of arguments (Part III). Intertax (1988), pp. 393-402. (10p)
<p>Bibliografia</p>	

Leitura Complementar:

- FLEMING, J. Clifton; PERONI, Robert J.; SHAY, Stephen E. "Fairness in International Taxation: The Ability-to-Pay Case for Taxing Worldwide Income". Florida Tax Review. Vol. 5. No. 4, 2001, pp. 301-354.
- FISHBEIN, Nir. "From Switzerland with Love: Surrey's Papers and the Original Intent(s) of Subpart-F", Virginia Tax Review, Vol. 38, No. 1, 2018, pp. 1-61.
- KANE, Mitchell. "Considering 'Reconsidering the Taxation of Foreign Income'" Tax Law Review, Vol. 62, 2009, pp. 299-316.
- SHAVIRO, Daniel N. Fixing the U.S. International Taxation. New York: Oxford, 2014, pp. 121-141.

AULA 4	REGRAS DE CFC E (RE)ESTRUTURAÇÕES SOCIETÁRIAS – TAX INVERSIONS	28.04.2023
Temas abordados	Conteúdo teórico contido na atividade desenvolvida em sala de aula As regras de CFC e estruturas societárias (no Direito Comparado) Inversões Nível de Controle Constructive ownership clauses (Equiparação de controle) Joint ventures Partnerships (e check-the-box) Trust Fundos de Investimento Pessoa física Lei nº 12.973/2014 e estruturas societárias Definição de controle: a partir da Lei das S.A. (art. 243, §2º) ou do Código Civil (art. 1.908)? (ir)relevância e regime da equiparação à controladora (art. 83 da Lei no 12.973/2014) Definição de coligação: a partir da Lei das S.A. (art. 243, §§1º, 4º e 5º) ou do Código Civil (arts. 1.907 e 1.099)? (ir)relevância do art. 77, §5º da Lei no 12.973/2014 Empreendimentos considerados coligados (art. 81, §5º da Lei nº 12.973/2014) Efeitos das Regras de CFC: as operações de inversão.	
Metodologia	-	
Professores Responsáveis	Prof. Ian Roxan (a confirmar)	

Leitura obrigatória:

- AVI-YONAH, Reuven S. “For Haven's Sake: Reflections on Inversion Transactions”. *Tax Notes International* (2002), pp. 225-231. (7p)
- CARVALHO, Lucas Lima. “A regra de ‘equiparação à controlada’ prevista no art. 83 da Lei n. 12.973/2014”. *Direito Tributário Atual*. Coord. Cristiano Carvalho. Rio de Janeiro: Elsevier, 2015, pp. 210-229 (20p)
- DAHLBERG, Matthias; WIMAN, Bertil, “General Report”, *Cahiers de Droit Fiscal International*, IFA, 2013, Copenhagen Congress, vol. 98a, pp. 17-56 (42p)
- LOKKEN, Lawrence. “Whatever Happened to Subpart F - U.S. CFC Legislation after the Check-the-Box Regulations”, *Florida Tax Review*, Vol 7, No. 3, pp. 185-209. (25p)
- PERACIN, Gianfranco; DE LUCA, Alberto. “Applying CFC Rules to ‘Affiliates’: Critical Elements for Consideration”. *36 Intertax*, Issue 1, 2008, pp. 18–22. (5p)

Leitura Complementar:

- AVI-YONAH, Reuven S. “Beyond Territoriality and Deferral: The Promise of ‘Managed and Controlled’”. *Tax Notes International* (2011), pp. 667-668.
- BODOH, Devon; FEATHERMAN, Greg; MASSED, Stephen M. “Anti-Inversion Notice: More Questions Than Answers”. *Tax Notes International* (2014), pp. 929-952.
- HICKS, Hal. “Overview of Inversion Transactions: Selected Historical, Contemporary, and Transactional Perspectives”. *Tax Notes International* (2003), pp. 899-925. (27p)
- KLEINBARD, Edward D. “Competitiveness’ Has Nothing to Do With It”. *Tax Notes International* (2014), pp. 1055-1069.
- PINTO, João Santos. “The Role of the Concept of Control under CFC Legislation within the European Union vis-à-vis Third Countries”. *European Taxation*, 2013 (Volume 53), No. 2/3 (2013), pp. 94-101. (8p)
- RABY, Burgess J.W.; RABY, William L. “‘Substance-Over-Form’ in Deciding Tax Law ‘Control’ Questions”. *Tax Notes International* (2015), pp. 865-871. (7p)
- ROSENZWEIG, Adam H. “Revisiting the Law of Moses’ Rod: The Case of Inversions”. *Tax Notes International* (2014), pp. 429-435. (7p)
- SICULAR, David R. “The New Look-Through Rule: W(h)ither Subpart F?” *Tax Notes International* (2007), pp. 589-623.

- TURLEY, Conrad; CHAMBERLAIN, David G.; PETRICCIONE, Mario. “Chapter 8: Controlled Foreign Corporation Rules”. A New Dawn for the International Tax System (IBFD 2017), Online Books IBFD. (42p)

AULA 5	TEMA DA AULA: DESAFIOS LEGISLATIVOS E ADMINISTRATIVOS NA IMPLEMENTAÇÃO DE REGRAS CFC E A ERA BEPS	19.05.2023
<p>Temas abordados</p> <p>Metodologia</p> <p>Professores Responsáveis</p> <p>Bibliografia</p>	<p>Conteúdo teórico contido na atividade desenvolvida em sala de aula</p> <p>A proliferação das regras de CFC e seus diferentes modelos</p> <p><i>Tainted approach:</i></p> <p>A relevância da natureza do rendimento auferido pela investida Renda Passiva versus Renda Ativa</p> <p><i>Jurisdiction approach:</i></p> <p>A relevância da localização da investida Paraísos Fiscais e regimes fiscais privilegiados Nível da tributação (efetivo versus nominal) Transparência da legislação societária</p> <p>As recomendações da Ação 3 do Projeto BEPS e sua inserção no contexto europeu</p> <p>Regras de CFC como mecanismo para combater BEPS Caso Cadbury Schweppes ATAD</p> <p>Lei nº 12.973/2014 e a segregação Controladas legalmente segregadas (art. 78)</p> <p>País com o qual não haja tratado/cláusula específica para troca de informações (inciso I) Tributação favorecida ou regime fiscal privilegiado (inciso II)</p> <p>Regime de subtributação (inciso II e art. 84, III)</p> <p>Controladas por pessoa jurídica sujeitas a tais tratamentos (inciso IV)</p> <p>Renda ativa inferior a 80% da renda total (inciso IV e art. 84)</p> <p>Coligadas legalmente segregadas (art. 81)</p> <p>Regime de subtributação (inciso I e art. 84, III)</p> <p>Tributação favorecida ou regime fiscal privilegiado (inciso II)</p> <p>Controladas por pessoa jurídica sujeitas a tal tratamento (inciso III)</p> <p>-</p> <p>Prof. Ana Paula Dourado (a confirmar)</p> <p><u>Leitura obrigatória:</u></p> <ul style="list-style-type: none"> • DOURADO, Ana Paula. “The Role of CFC Rules in the BEPS Initiative and in the EU”. British Tax Review, n. o 3, 2015, pp. 340-363. (24p) • Anti-Tax Avoidance Directive (Council Directive (EU) 2016/1164). Considerando 12; artigos 7 e 8. (≈3p) 	

- ARNOLD, Brian J. "A Comparative Perspective on the U.S. Controlled Foreign Corporation Rules." *Tax Law Review*, vol. 65, no. 3, Spring 2012, p. 473-497. (27p)
- CJEU, Cadbury Schweppes plc and Cadbury Schweppes Overseas Ltd v Commissioners of Inland Revenue, C-196/04, de 12 de setembro de 2006. (24p)
- OECD, Designing Effective Controlled Foreign Company Rules, Action 3 - Final Report, 2015, pp. 9-64. (56p)
- SANTOS, Ramon Tomazela. "A Ação 3 do Projeto BEPS e o regime brasileiro de tributação em bases universais na Lei no 12.973/2014". *Revista Fórum de Direito Tributário* no 88. Belo Horizonte: Fórum, 2017, pp. 99-115. (17p)

Leitura complementar:

- BLUM, Daniel W. 'Controlled Foreign Companies: Selected Policy Issues – or the Missing Elements of BEPS Action 3 and the Anti-Tax Avoidance Directive' (2018) 46 *Intertax*, Issue 4, pp. 296–312. (17p)
- FIGUEIREDO, Diogo de Andrade. "A Transparência Fiscal Brasileira e o Plano de Ação n. 3: Considerações sobre a Adequação do Modelo Adotado pelo Brasil como Mecanismo de Combate ao BEPS e de Fomento à Competitividade das Empresas Brasileiras no Exterior". *A Tributação Internacional na Era Pós-BEPS: Soluções Globais e Peculiaridades e Países em Desenvolvimento. Volume I*. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2016, pp. 241-266.
- GARFUNKEL, Nicolas. "Are All CFC Regimes the Same? The Impact of the Income Attribution Method". *Tax Notes International* (2010), pp. 53-74.
- MAISTO, Guglielmo; PISTONE, Pasquale. "A European Model for Member States' Legislation on the Taxation of Controlled Foreign Subsidiaries (CFCs) – Part 1", *European Taxation*, v. 48, n. 10, 2008, pp. 503-513.
- MAISTO, Guglielmo; PISTONE, Pasquale. "A European Model for Member States' Legislation on the Taxation of Controlled Foreign Subsidiaries (CFCs) – Part 2", *European Taxation*, v. 48, n. 11, 2008, pp. 554-570.
- PARADA, Leopoldo. "A Comparative Analysis of CFC Regimes in Latin America". *Tax Notes International* (2012), pp. 957-972.

- PIRES, Letícia. "The Brazilian Controlled Foreign Company Regime: A Comparative Analysis from an International Tax Law Perspective", 67 Bull. Intl. Taxn. 6 (2013).
- QUEIROZ, Luís Cesar Souza de; e SAUNDERS, Ana Paula Braga. "O Projeto BEPS da OCDE e Plano de Ação n. 3: Fortalecimento das Regras de CFC". A tributação internacional na Era pós-BEPS. 2a ed. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2019, pp. 97-116.
- ROCHA, Sergio André. "Tributação de lucros auferidos por controladas e coligadas no exterior". 2. ed. rev. e ampl. São Paulo: Quartier Latin, 2016, pp. 242-255.
- ROSENBLOOM, H. David. "From the Bottom Up: Taxing the Income of Foreign Controlled Corporations," 26 Brook. J. Int'l L. (2001), pp. 1525- 1554.

AULA 6	TEMA DA AULA: REGRAS CFC E A PREVENÇÃO À BITRIBUTAÇÃO PELOS ACORDOS DE BITRIBUTAÇÃO	02.06.2023
<p>Temas abordados</p>	<p>Conteúdo teórico contido na atividade desenvolvida em sala de aula Alocação da renda como função dos acordos de bitributação? Sentido de "lucros" no art. 7º das Convenções Modelo Dividendos fictos no art. 10 das Convenções Modelo Posições da OCDE e da ONU (Comentários à Convenção Modelo)</p> <p>Lei brasileira e Acordos de Bitributação MP nº 2.158-35/2001 Lei nº 12.973/2014 Lucro da brasileira ou da investida? "Parallel Treaties": Art. 23 das Convenções Modelo e Protocolos Acordo de Bitributação entre Brasil e Dinamarca Acordo de Bitributação entre Brasil e Eslováquia Acordo de Bitributação entre Brasil e República Tcheca Acordo de Bitributação entre Brasil e México</p>	
<p>Metodologia Professores Responsáveis</p>	<p>- Prof. Alexander Rust (a confirmar)</p>	
<p>Bibliografia</p>	<p><u>Leitura Obrigatória:</u></p> <ul style="list-style-type: none"> • OECD. "Model Tax Convention on Income and on Capital 2017 (Full Version)", OECD Publishing, Commentary on Article 1, para. 81; Commentary on Article 7, para. 14; Commentary on Article 10, para. 37-39. (~4p) 	

- KUŹNIACKI, Błażej, "Controlled Foreign Companies and Tax Avoidance: International and Comparative Perspectives with Specific Reference to Polish Tax and Constitutional Law, EU Law and Tax Treaties". C.H. Beck (2020) - Sections 21.4-21.7;
- KUŹNIACKI, Błażej, "X-GmbH v Finanzamt Stuttgart – Körperschaften: The Evolution of the EU Standard of Abuse of Tax Law and the Role of the Genuine Exchange of Tax Information between Member States and Third Countries", *Modern Law Review* (2021), DOI: 10.1111/1468-2230.12665.
- KUŹNIACKI, Błażej. "The Need to Avoid Double Economic Taxation Triggered by CFC Rules under Tax Treaties, and the Way to Achieve It", 43 *Intertax*, Issue 12 (2015), pp. 758–772. (15p)
- LANG, Michael. "CFC Regulations and Double Taxation Treaties", *Bulletin for International Fiscal Documentation*, v. 57, n. 2, 2003, pp. 51-58 (8p)
- RFB, Solução de Consulta Interna no 18 – Cosit, 8 de agosto de 2013. (9p)
- RFB, Solução de Consulta no 400 – Cosit, 5 de setembro de 2017. (8p)
- SANDLER, Daniel. "Tax Treaties and Controlled Foreign Company Legislation". 2nd edition. London: Kluwer Law International, 1998, pp. 85-108. (24p)
- "Schneider Case" - French Supreme Administrative Court, Case No. 232276, RJF 10/2002, dated June 28, 2002. (4p)
- "A Oyj Abp Case" - Finnish Supreme Administrative Court, Case No. KHO:2002:26, dated March 20, 2002. (2p)
- "Gyo-Hi Case" - Japanese Supreme Court, Case No. 2008 (Gyo-Hi) 91, October 29, 2009. (2p)

Leitura Complementar:

- SCHOUERI, Luís Eduardo; BARBOSA, Mateus Calicchio. "Brazil: CFC Rules and Tax Treaties in Brazil: A Case for Article 7". *Tax Treaty Case Law around the Globe 2015*. Coord. Michael Lang et al. Amsterdam: IBFD, 2016, pp. 1-10 (Online Books IBFD). (10p)
- NETO, Luís Flávio. "A tributação brasileira dos lucros de empresas controladas residentes em países com acordos de bitributação". In Luís Eduardo Schoueri et al (Org.), *Estudos de Direito Tributário em Homenagem ao Prof. Gerd Willi Rothmann*. São Paulo : Quartier Latin, 2016, p. 231-250. (20p)

- BIANCO, João Francisco. “Transparência Fiscal Internacional”. São Paulo: Dialética, 2007, pp. 148-159.
- CANÈ, Daniele. “Controlled Foreign Corporations as Fiscally Transparent Entities. The Application of CFC Rules in Tax Treaties”. World Tax Journal, 2017 (Volume 9), No. 4 (2017), pp. 522-563.
- “Italcementi S.P.A. Case” - Italian Supreme Court, Case no. 25281, dated December 16, 2015.
- KOFLER, Georg. “Some Reflections on the ‘Saving Clause’”, 44 Intertax, Issue 8/9, pp. 574–589.
- KOURY, Paulo Arthur Cavalcante. “Quem se beneficia? A Tributação da Controlada Indireta e os Tratados”. Revista Direito Tributário Atual no 36 (2016).
- ROCHA, Sergio André. “Tributação de Lucros Auferidos por Controladas e Coligadas no Exterior”. 2a Edição. São Paulo: Quartier Latin, 2016, pp. 74-81; 143-148.
- SANTOS, Ramon Tomazela. “O Regime de Tributação dos Lucros Auferidos no Exterior”. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2017, pp. 266-323.
- STJ, REsp 1.325.709/RJ, Primeira Turma, rel. Min. Napoleão Nunes Maia Filho, d.j. 24.04.2014.
- SCHOUERI, Luís Eduardo. Lucros no exterior e acordos de bitributação: reflexões sobre a Solução de Consulta Interna n. 18/2013. Revista Dialética de Direito Tributário, v. 219, p. 67-77, 2013.
- XAVIER, Alberto. “Direito Tributário Internacional do Brasil”. 8a Edição. Rio de Janeiro: Forense, 2015, pp. 473-496.

AULA 7	TEMA DA AULA : Regras CFC e Pilar II:	16.06.2023
Temas abordados	<p>Conteúdo teórico contido na atividade desenvolvida em sala de aula</p> <p>Prevenção à bitributação no Direito Comparado</p> <p>Créditos direto e indireto</p> <p>Regras CFC e interação com as regras de Preços de Transferência e de Subcapitalização</p> <p>Prevenção à bitributação na Lei no 12.973/2014</p> <p>Regras Comuns de Créditos para investimentos em Controladas e Coligadas</p> <p> “Sanduíche brasileiro” (art. 85)</p> <p>Interação com as regras de Preços de Transferência e de Subcapitalização (art. 86)</p> <p>Créditos para Controladas (art. 87)</p>	

Crédito presumido (art. 87, §10): efeitos territoriais?
Créditos para Coligadas submetidas ao regime de caixa (art. 88)
Créditos para Coligadas submetidas ao regime de competência
IN RFB nº 1.520/2014 (art. 26)
Regime opcional (art. 82-A; e art. 19-A da IN RFB no 1.520/2014)
Aproveitamento de Prejuízos no exterior
Prejuízos acumulados anteriores (art. 77, §2o) Prejuízos
posteriores Consolidação (art. 78)
Tratamento individualizado (art. 79, II, e 82, II)

**Metodologia
Professores
Responsáveis**

-
Prof. Vikram Chand (a confirmar)

Leitura obrigatória:

- CHAND, Vikram; ELLIFFE, Craig. “The Interaction of Domestic Anti-Avoidance Rules with Tax Treaties in the Post-BEPS and Digitalized World”, Bulletin for International Fiscal Documentation, v. 74, n. 4/5, 2020, pp. 303-320.
- <http://kluwertaxblog.com/2020/05/14/international-tax-competition-in-light-of-pillar-ii-of-the-oecd-project-on-digitalization/>
- <http://kluwertaxblog.com/2020/09/18/pillar-ii-of-the-digital-debate-our-view-on-the-approach-towards-blending-and-substance-carve-outs-to-determine-effective-tax-rates/>
- <http://kluwertaxblog.com/2020/11/06/the-pillar-two-mechanism-in-light-of-the-blueprint-a-case-study/>
- CLAUSING, Kimberly A.; SHAVIRO, Daniel. “A Burden-Neutral Shift from Foreign Tax Creditability to Deductibility?” Tax Law Review, Vol. 64, No. 4, 2011, pp. 431-452. (23p)
- Emenda Aditiva no 61 à MP no 692/2015, apresentada pelo Deputado JERÔNIMO GOERGEN. Disponível em: <<https://legis.senado.leg.br/sdleg-getter/documento?dm=4311368&disposition=inline>>. (3p)
- GALDINO, Guilherme. “Tributação universal com efeitos territoriais? O crédito presumido na Lei n. 12.973/2014”. Revista Direito Tributário Internacional Atual, v. 6, 2019, p. 197-223. (27p)
- MAJDOWSKI, Filip; BRONZEWSKA, Katarzyna. “Revolutionary Changes to the Arm’s Length Principle under the OECD BEPS Project: Have CFC Rules Become Redundant?” Intertax. Issue 3. Alphen aan den Rijn: Kluwer Law, 2018, pp. 210–224. (15p)

Bibliografia

- OECD, “Designing Effective Controlled Foreign Company Rules, Action 3 - Final Report”, 2015, pp. 65-69. (5p)
- SANTOS, Ramon Tomazela. “O Regime de Tributação dos Lucros Auferidos no Exterior”. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2017, pp. 112-131, 179-210 (54p)
- SCHOUERI, Luís Eduardo. “Aplicação Concomitante da Legislação de Preços de Transferência e da Tributação em Bases Mundiais”. Direito Tributário Internacional Aplicado. Volume III. Coord. Heleno Taveira Tôres. São Paulo: Quartier Latin, 2005, pp. 240-254. (15p)

Leitura complementar:

- ANDRADE, José Maria Arruda de; DESTRUTI, Paula Zugaib. “Créditos presumidos de CSLL no regime de tributação dos lucros auferidos no exterior: uma política para a expansão das multinacionais brasileiras?” Anais [recurso eletrônico]. 7o Congresso Brasileiro de Direito Tributário Internacional, 22, 23, 24 de agosto de 2018 em São Paulo, SP. São Paulo: IBDT/FDUSP, 2019.
- BURKADZE, Eter. “Interaction of Transfer Pricing Rules and CFC Provisions”. International Transfer Pricing Journal (IBFD, 2016), pp. 367-377.
- KANE, Mitchell A. “Milking versus Parking: Transfer Pricing and CFC Rules under the Internal Revenue Code”, 66 Tax Law Review (2013), pp. 1-30. (31p)
- PEDROSA JUNIOR, Marcio. “A universalidade (ampliada) e as restrições à compensação de prejuízos nas regras brasileiras de tributação de lucros no exterior”, in “Estudos de Direito Tributário” (ed. Santos), Mariz de Oliveira e Siqueira Campos Advogados, 2018, pp.383-403.
- PEREIRA, Marco Antônio Chazaine. “Aplicação das Regras de Transfer Pricing e a Tributação de Lucros Auferidos no Exterior”. Planejamento Fiscal – Análise de Casos. Volume III. Quartier Latin, 2013, pp. 553-572.
- WILLIAMSON, Donald T.; ORENSTEIN, Benjamin. “The Effect of the Foreign Tax Credit on the Sale of CFC Stock”. Tax Notes International (2012), pp. 839-844

AULA 8

TEMA DA AULA : Dilemas da política tributária em uma economia globalizada: é possível manter a tributação com base universal para as empresas multinacionais? Uma análise crítica.

30.06.2023

**Temas
abordados**

Conteúdo teórico contido na atividade desenvolvida em sala de aula

Competição versus Cooperação no Direito Tributário Internacional.

Caminhos possíveis para uma governança fiscal internacional em uma economia globalizada

Futuras perspectivas da Tributação em Bases Universais da Lei no 12.973/2014

Ainda temos problemas constitucionais/legais?

Revisão dos problemas relativos à disponibilidade?

Resultado da ADI no 2.588 e peculiaridades da Lei no 12.973/2014

Regime de competência para controlada sujeita à tributação normal

Regime de competência para coligada legalmente segregada

Controlada indireta e elemento de conexão?

Equiparação à controladora: uma extensão do voto da Min. Ellen Gracie?

Volta à Territorialidade?

**Metodologia
Professores
Responsáveis
Bibliografia**

-

Pro. Tsilly Dagan (a confirmar)

Leitura Obrigatória:

- DAGAN, Tsilly. “The future of corporate residency”. In Corporate Tax Residence and Mobility (ed. Traversa), IBFD, 2019. (11p)
- DAGAN, Tsilly, Re-Imagining Tax Justice in a Globalized World (January 31, 2020). Available at SSRN: <https://ssrn.com/abstract=3602678>
- DAGAN Tsilly. International Tax Policy: between competition and cooperation. Cambridge University Press. 2018 (Chapter 5)
- ARNOLD, Brian J. The Evolution of Controlled Foreign Corporation Rules and Beyond, 73 Bull. Intl. Taxn. 12 (2019), Journal Articles & Papers IBFD, pp. 631-648. (19p)
- ENGLISCH, Joachim, BECKER, Johannes. “International Effective Minimum Taxation – The GLOBE Proposal”, 11 World Tax Journal, 2019, pp. 483-529. (47p)
- HERZFELD, Mindy. “Debate on the US Tax Reform and the EU ATAD: Can GILTI + BEAT = GLOBE?”, Intertax, Vol 47, Issue 5, pp. 504–513. (10p)
- OECD, Public Consultation Document Global Anti-Base Erosion Proposal (‘Globe’) (Pillar Two), Tax Challenges Arising from the Digitalisation of the Economy, 2019, pp 1-27. (28p)
- SCHOUERI, Luís Eduardo; e BARBOSA, Mateus Calicchio. Territorial and worldwide taxation in Brazil, in Territorialität und Personalität. In: ISMER, Roland; REIMER, Ekkehart; RUST, Alexander; e

WALDHOFF, Christian (coord.). Festschrift für Moris Lehner. Köln: Otto Schmidt, 2019, pp. 95-110 (16p)

Leitura Complementar:

- AUERBACH, Alan J. et al., Destination-Based Cash Flow Taxation. Oxford University Centre for Business Taxation - WP 17/01 (2017), pp. 4-94.
- AVI-YONAH, Reuven. "Globalization, Tax Competition, and the Fiscal. Crisis of the Welfare State". Harvard Law Review 113/7, pp. 1573-1676. (104p)
- BECKER, Johannes; ENGLISCH, Joachim. "A European Perspective on the US Plans for a Destination Based Cash Flow Tax". Available at SSRN: <https://ssrn.com/abstract=2924313>
- SANTOS, Ramon Tomazela. "Territorial Tax Systems: Motivations and Key Considerations For Effective Change". Tax Notes International (2018), pp. 925-935.
- SHAVIRO, Daniel N. "The new non-territorial U.S. international tax system" (Unpublished) May 24, 2018.
- THOMPSON JR., Samuel C.. Tax Reform: "Territoriality Breeds De Facto Inverters, Trump's Proposal to End Deferral, and Logic Says Yes to Imputation (May 5, 2014). 149 Tax Notes 1403 (Dec. 14, 2015); 143 Tax Notes 579 (May 5, 2014).

PROFESSORES

Professor Dr. Luís Eduardo Schoueri

Professor Titular de Direito Tributário da Faculdade de Direito da USP. Vice-presidente e Pró-reitor de Pós-graduação do IBDT e Professor do Mestrado Profissional em Direito Internacional e Desenvolvimento do IBDT. Doutor em Direito Econômico, Financeiro e Tributário e Livre-Docente em Direito Tributário pela Faculdade de Direito da USP. Sócio do escritório Lacaz Martins, Pereira Neto, Gurevich e Schoueri Advogados.

Contato: schoueri@lacazmartins.com.br

Professor Dr. Luís Flávio Neto

Coordenador e Professor do Mestrado Profissional em Direito Tributário Internacional e Desenvolvimento do IBDT. Doutor em Direito Econômico, Financeiro e Tributário da Faculdade de Direito da USP. Sócio do escritório KLA Advogados.

Contato: professorluisflavioneto@gmail.com

INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

Secretaria Acadêmica do IBDT

Endereço: Av. Brigadeiro Luís Antônio, 277

9º andar

Centro – São Paulo / SP

CEP: 01317-000

Horário de Atendimento: 9h às 18hs

Telefone: (11) 3105-8206, ramais 1110/1111

E-mail: secretaria@ibdt.org.br e andrea.cursos@ibdt.org.br

Biblioteca do IBDT

Endereço: Av. Brigadeiro Luís Antonio, 290 7º andar cj. 71/72 e 75 a 78

Site: <https://ibdt.org.br/site/biblioteca/>

Horário de Atendimento: 9h às 18hs

Telefone: (11) 3105-8206 r. 1104 e 1105

E-mail: biblioteca@ibdt.org.br e biblioteca2@ibdt.org.br